

Memórias e violência na luta pela terra em Campo Bonito, PR (1991-2008): tempo passado, desafio do presente

*Geni Rosa Duarte
Paulo José Koling**

Resumo

Este artigo resultou das pesquisas realizadas sobre a história da luta pela terra realizada pelos sem-terra no município de Campo Bonito, estado do Paraná, que ocuparam um latifúndio extrativista em agosto de 1991, cujos desdobramentos foram marcados pela resistência, organização, tragédia e violência. Através do levantamento bibliográfico e da História Oral foi possível situar as disputas pela terra, pela história e pela memória. O texto inicia com a apresentação do monumento construído em homenagem ao sem-terra, Teixeira, morto por policiais do grupo especial, em uma das áreas do acampamento, ocorrido no dia 8 de março de 1993. Em seguida, apresentamos uma síntese do contexto e dos acontecimentos que envolveram os sem-terra, os ruralistas, o Grupo de Operações Especiais, a mídia e a comunidade local e o lugar da história, neste caso, que resultou em conflito violento e repressão. Com as entrevistas realizadas com diversas pessoas que viveram o processo a partir de lugares sociais distintos, analisamos as construções das memórias sobre Teixeira e as contradições ainda latentes nas versões produzidas sobre o caso. No final do artigo recuperamos a concretude da história e da memória e o sentido da terra para a existência daqueles camponeses.

Palavras-chave: Terra. Memória. Violência. MST.

Introdução: Um marco da luta pela terra

No assentamento dos trabalhadores sem-terra em Campo Bonito, estado do Paraná (PR), todos o conhecem, todos falam sobre ele. É um pequeno monumento, um conjunto formado por uma árvore e uma pedra fixada em posição vertical em uma base de cimento, que traz os dizeres – já desgastados pelos efeitos do tempo e do clima – que lhe dão o significado. Na parte inferior da pedra, em formato de triângulo, consta a denominação do lugar: Assentamento Teixeira 8 / Março. A figura geométrica é formada com as palavras: Assentamento [no lado esquerdo, visto de frente], Teixeira [no lado direito, visto de frente], Março [na base] e o 8 [na parte interna e central, ligado ao março com o item /, que caracteriza a indicação de data]. Na parte superior da pedra foi registrado o nome: Diniz Bento da Silva - Teixeira. Marcando a religiosidade popular que motiva e sustenta a luta dos sem-terra e o envolvimento da Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no centro da pedra foi esculpida uma Cruz e em seu interior, de cima para baixo, semelhante a uma lápide, consta a data da morte do mártir: 8/3/1993. Partindo da posição da cruz na pedra, abaixo do seu braço direito e no sentido vertical foi gravada a sigla MST; no outro lado, abaixo do braço esquerdo da cruz há uma figura que reproduz uma planta: um pé de cedro, que a CPT e o MST utilizam para caracterizar a luta pela terra e seus lugares de memória [que representa a força da vida e da germinação, pois um galho de cedro, mesmo cortado, quando cravado na terra brota, ressurgue e revive, ou seja, ressuscita]. Entre a parte inferior da cruz e o alto do triângulo foram escritas na pedra três palavras: Terra, Trabalho e Paz. As figuras, datas e palavras foram registradas no lado norte da pedra, local de melhor acesso, voltado ao campo da luta e dos conflitos. Este nortear das palavras orienta o passado em sua profundidade histórico-social, registra aquele presente e sonha com

um novo futuro, com terra, trabalho e paz. Assim, a contrapelo daqueles que defendem a ordem do monopólio da terra e a inviolabilidade absoluta da propriedade privada, assentar o homem na terra representaria trabalho e paz.

Do lado leste da pedra está a árvore – plantada durante o Ato Público de registro do lugar onde o sangue foi derramado –, simbolizando a vida (conquistada e perdida). Doravante, terra e vida estão marcadas e simbolizadas na árvore, que cresce e produz frutos e/ou sementes, e na pedra, que permanece insistentemente resistindo contra a ação do tempo. Hoje, dependendo das estações do ano, durante a manhã a árvore acolhe, com sua sombra, a pedra. Por sua vez, durante a tarde e até ao anoitecer, a pedra absorve o calor do dia e durante a noite o irradia até os galhos e folhas da copa da árvore. Entretanto, árvore e pedra não lutam contra as ações do tempo natural, haja vista que a chuva (água), o sol (calor) e o vento (ar) completam a natureza, somando-se com a própria pedra (terra) e a árvore (vida). Aquela árvore e aquela pedra só se mantêm vivas, enquanto monumento, se seus artífices e as novas gerações resistirem ao esquecimento e ao silêncio (POLLAK, 1989). Sua origem foi forjada na história e na memória e nestes mesmos lugares, sim, é que permanecem contingenciados aos efeitos do tempo histórico e da sociedade.

Esse lugar de muitas memórias de luta e resistência não fica, como seria de se esperar, próximo ao centro comunitário da Área 3, ou num local visível para quem adentra de imediato a área. A árvore e as duas pedras ficam no meio de uma lavoura em um dos lotes das famílias assentadas na referida área. A primeira, a árvore, é bem visível para quem passa pela estrada; entretanto, só quem sabe da existência do marco-monumento o percebe.

Esse marco identifica o local presumível onde um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi executado por policiais do Grupo de Operações Especiais (GOE/PR), no dia 8 de março de 1993, por volta das 19h30min. A vítima foi o “sem-terra” Diniz Bento da Silva, 45 anos, conhecido por Teixeira. Não se sabe bem ao certo o local exato onde ele foi assassinado –

certamente o GOE não indicou, nem indicaria, o local e esta informação tampouco tem relevância para entender o desfecho do caso –, mas neste local havia mais sangue e cartuchos detonados e estas evidências foram usadas para construir este símbolo.



Foto 1, 2 e 3: Registro fotográfico no Monumento ao Teixeirainha. Área 3 – Distrito de Sertãozinho, município de Campo Bonito/PR. N: Norte; S: Sul. Foto 1 (8/5/2009), Fotos 2 e 3 (8/6/2008) – Paulo José Koling.

O significado do marco à vida de luta do Teixeirainha, como mártir da luta pela terra, é complementado pelas narrativas daqueles que presenciaram, a partir de diferentes lugares, a prisão, tortura e assassinato do companheiro, acampado ali como todos os demais. Quem nos levou até o monumento foi o assentado Arlindo Moura dos Santos (2008), morador vizinho do lote, no Distrito de Sertãozinho, de Campo Bonito. Sobre os acontecimentos que resultaram na morte de Teixeirainha, ele narra não o que viu, mas o que ouviu

nós só ouviu os bardéu do tiroteio” – “foi mesma coisa que ter estourado uma panela de pipoca, Deus o livre”, bem como o resultado de tudo isso: “Mas diz que ele ficou muito furado a bala. [...] Só que no dia não vimos, no dia só vimos, o dia que ele veio e volto do acampamento. E daí já voltou morto”.

O cenário da tragédia: Fazenda Santana - Campo Bonito/PR

O que ocorreu em Campo Bonito não foi um caso isolado. Durante a década de 1980 o oeste do Paraná foi palco de várias lutas e conflitos: “sem-terra”, “ruralistas” e suas organizações de classe

(União Democrática Ruralista e Sociedade Rural do Oeste de Paraná), governo do estado, o aparato policial e milícias privadas acumulavam momentos de tensão, confrontos, duras negociações, conquistas, reintegrações, litígios e tragédias. Porém, o que ocorreu em Campo Bonito, entre 19 de agosto de 1991 e meados de 1993 foi marcante (ARAÚJO; CORDEIRO, 1994). Os acontecimentos que levaram a esse desfecho foram narrados por muitos dos assentados, mas, antes de abordar a questão, faz-se necessário apresentar alguns elementos da história do acampamento.

Em agosto de 1991, em torno de trezentas famílias ocuparam a sede da Fazenda Santana, no município de Campo Bonito/PR. Além de ser um grande latifúndio extrativista, com aproximadamente três mil alqueires, suspeitava-se de que o fazendeiro tivesse problemas de regularização fundiária da área, ou seja, que havia questões de sucessão no histórico dominial, e isto era um referencial que o MST utilizava para lutar pela terra. Dois meses após a ocupação, o MST, o governo do Paraná, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Agro Industrial Benedelli firmaram um acordo, através do qual o proprietário, Ovídio Benedelli, colocaria à disposição do INCRA 950 hectares para reforma agrária, distribuídas em quatro áreas (Áreas 3, 4, 5 e 6) - com a condição de que o restante da Fazenda não fosse ocupado. Pelo acordo – muito criticado pelos ruralistas do oeste, pois não admitiam negociação com o MST – o INCRA, escritório regional do Paraná, e o Governo do Paraná (à época sob o mandato de Roberto Requião/PMDB – 1991/1994), gestionariam a indicação de outras áreas para assentarem as demais famílias de “sem-terra”.

No dia 3 de março de 1993, após mais de um ano e meio de espera em vão pelas ações do INCRA e do governo do Paraná, e por decisão do movimento e dos representantes das quatro áreas do acampamento, durante o dia, uns 150 “sem-terras” reocuparam a Fazenda Santana a fim de exercer pressão. Mas entre os dias 3 e 8 desencadeou-se uma das ações mais violentas relacionadas à questão agrária no oeste do PR. No dia 3 de março, três policiais (à paisa-

na e a serviço de particular) foram mortos e um madeireiro de Guaraniaçu, Adecir Cassol, que tinha contrato de extração com a Agro Industrial, foi ferido à bala. O fato ocorreu no local onde havia sido instalada a barreira de segurança que os “sem-terras”, por garantia e prevenção, haviam organizado no acesso à área reocupada. Naquele dia, logo após a passagem do madeireiro pela barreira do MST, dirigindo uma Toyota e reconhecido pelos sem-terras, apareceu um Chevette, de cor vermelha e placa de Pato Branco/PR, com três passageiros. Ao serem parados, teriam dito que eram “amigos do Benedelli” e negavam se identificar (ARAÚJO; CORDEIRO, 1994). Conforme relato de Agnaldo dos Santos (2008), um dos “sem terra” encarregados da guarda, como os três passageiros iniciaram uma reação, e por suspeitarem que se tratavam de jagunços, os “sem-terras” revidaram, o que resultou na morte dos três e no ferimento de Cassol. Somente após o conflito os “sem-terras” souberam que, na verdade, os três passageiros eram policiais. Sobre este episódio há várias versões e controvérsias, mas todos os “sem-terras” que estiveram envolvidos foram, e são, unânimes em afirmar que ninguém do acampamento sabia que os três eram policiais. Todavia, todos os que eram contrários ao MST narraram o episódio de outra maneira, correndo inclusive a versão de ser uma emboscada contra os policiais e o madeireiro. Obviamente que o pressuposto do crime premeditado, a morte de policiais “em serviço” e o ferimento de um civil era estratégico para condenar os envolvidos e tratá-los como bandidos e foras-da-lei.

Durante estes dias, e na sequência dos fatos ocorridos no dia 3, Campo Bonito tornou-se um verdadeiro “campo de batalha”, como em “estado de sítio”. Houve confrontos, ações de repressão, tortura, amedontramento e terror contra os “sem-terras” do acampamento, os presos e o MST, além das entidades sociais, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), pastorais sociais, partidos de esquerda (especialmente o PT) e sindicatos (CUT) que apoiavam essa luta. Na ação repressiva e na campanha de criminalização dos “sem-terras” estavam o aparato policial representando o governo do estado,

fazendeiros (UDR e ruralistas) e a mídia hegemônica. Estas contraposições atingiam a própria sociedade local, com práticas de segregação, discriminação e a ampliação de criminalização dos “sem-terras”. Os barracos da área 3 foram vasculhados e a família do Teixeirinha, Dona Lúcia Mainko da Silva e seu filho Marcos, então com 13 anos, foram alvo da “caça”, pois o líder permanecia ainda escondido nas imediações. Dentre as ações de repressão e na “caça aos assassinos dos policiais” e ao “líder dos bandidos”, sete “sem-terras” foram presos, torturados e processados. Para realizar o cerco das áreas foram utilizados mais de 200 policiais e o telefone público de Sertãozinho teria sido “grampeado”. A polícia especial teria passado a monitorar as ações de várias pessoas e entidades próximas ao MST.

No final da tarde do dia 8 de março, por temer a morte de seus familiares, principalmente do filho Marcos, Teixeirinha se entregou¹. Segundo os “sem-terras”, os policiais passaram pelo acampamento da área 3 com o preso algemado e sendo submetido a violências e constrangimentos. Pouco tempo depois, após proibirem sua esposa de acompanhá-los, os acampados ouviram rajadas. Na versão da Polícia e da televisão, no anoitecer do dia 8, Teixeirinha não teria se entregado, mas, sim, reagido com arma de fogo ao cerco policial, fato que teria justificado a reação dos policiais. A equipe de jornalismo da sucursal local da TV Tarobá de Cascavel, ligada à Rede Bandeirantes, serviu de “testemunho ocular e em mídia”. A matéria foi divulgada também em rede nacional. Os membros da equipe testemunharam em juízo e o material audiovisual foi utilizado nos processos. Pelos relatos dos acampantes, o ato foi uma execução em represália e vingança da Polícia contra os “sem-terras” pela morte dos policiais que, na versão do estado e da Polícia Militar, no dia 3 de março estariam em missão de reconhecimento, determinada pelo comando da corporação. Em Cascavel e na sede de Campo Bonito conta-se que houve quem festejasse a morte do “sem-terra” com carreatas e foguetórios.

Lutas pela História e Memórias

Passados 15 anos, ainda permanecem vivas as duas versões do mesmo fato, todavia, não houve duas histórias, mas práxis (teoria e prática) contrapostas na concretude do processo e da escrita sobre a história. Não se pode separar, nesse caso, as diferentes vivências, mesmo que elas tenham se dado em diferentes temporalidades. Assim, Agnaldo dos Santos (2008), o Polaco, que foi um dos 7 presos, ao iniciar a narrativa da ocupação, logo no início do movimento, não consegue desgrudá-lo dos episódios de prisão e tortura sofridas por ele:

Então, dentro de Campo Bonito a gente se acampou e... até numas época fomos muito bem, que na nossa ocupação, naquele momento, não tivemos nenhum risco de nada... Então, deu uns problemas com nós e que foi feito um acerto com o fazendeiro e... só que nesse acordo que nós fizemos, fizemos sim... que foi acerto de todos nós né? Só que não soubemos fazer o acerto, entende, porque onde nós tava ali tinha que dava pra colocar o pessoal todo... e... o acordo que feito, as áreas que ele deu pra nós não deu pra fazer assentamento. Daí voltamos, ali pra trás, e viemos ocupar a mesma área. Foi aonde deu aquele conflito, foi ali. E ali acabou com a minha situação, acabou com a minha vida bem dize, entendeu! Eu sofri muito. Tive, por exemplo, três dias na mão da polícia, preso... choque, pancada, espancamento... pra falar que[m] era quem, pra entregar fulano, entregar beltrano... Queriam saber que[m] eram os mandante e, a gente, naquele período, não podia entregar ninguém, porque nós tava lá numa luta por todos... O objetivo daquilo lá era pra todo mundo, então eu não podia entregar... Não: 'foi o fulano que mando, foi o beltrano que disse...'. Então, a gente sofreu bastante...(SANTOS, 2008)

Como se pode ver, a fala de Agnaldo passou do individual ao coletivo, quando ele justifica sua atitude de resistência. O sentimento de que a luta era de todos e por todos possibilitava fazer frente à violência da repressão desencadeada. Esses mesmos pontos são destacados pelo assentado Arlindo Moura dos Santos, ao se referir também à pessoa de Agnaldo, que, segundo ele, foi barbaramente torturado para denunciar os companheiros, mas resistiu e não entregou à polícia os nomes dos participantes:

Até tem um homem que mora no Campo [Bonito] que era companheiro nosso, baianinho, pretinho, e era gerente de fazenda lá em Lindoeste, mas saiu de lá pra entrar na luta. Se ele quisesse vender lá e comprar lá ele podia. Não sofrer o que ele sofreu junto: tomou pau, comeu uma barra de sabão, afogaram ele no lago, pra fazer que ele entregasse os outros companheiros. [...] Um tal de Agnaldo. E ele não entregava. O pau tava comendo e ele tava quase morto já, e ele não entregava. (MOURA DOS SANTOS, 2008)

Portanto, essa memória, expressa pelos dois depoentes, de lugares sociais distintos, valoriza a solidariedade grupal, o empenho de todos numa luta comum. Liderança ou não, tendo críticas à condução do movimento, como alguns expressaram, o que fica salientado nas falas deles e de muitos outros é um sentimento de participação, presente nas expressões que situam todos num mesmo conjunto. A experiência coletiva no acampamento e no assentamento é mantida e preservada nas resistências da luta na terra e durante a prisão, e se expressam nas várias formas com que a memória desses fatos vai ser reatualizada.

Retomando a questão dos lugares da memória, o pequeno marco, perdido no meio da plantação, foi construído para homenagear o companheiro morto e, ao mesmo tempo, expressar o sentimento de união e solidariedade advindo da participação de todos no processo de luta pela terra. Outros marcos de memória foram também construídos, tanto do ponto de vista dos sem-terras quanto das forças policiais. Pouco tempo depois desses acontecimentos, ainda em março de 1993, a CPT e o MST organizaram um ato público realizado no espaço da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Cascavel, para se contrapor à criminalização do movimento. Em meio ao público ouvinte estava Sebastião de Freitas, pai do 3º Sargento Vicente de Freitas, um dos três policiais vítimas do conflito ocorrido no dia 3 de março. Segundo Valmir Roque Bocchi (2009), que naquele ato falou em nome dos “sem-terras”, externando a solidariedade do MST aos familiares dos policiais mortos naquele acidente e responsabilizando o comando da Polícia e do governo do Paraná pela tragédia, pois estavam à paisana e não se

identificaram como policiais, sua fala contribuiu para que Sebastião de Freitas manifestasse publicamente sua posição em favor da luta pela terra e a permanência dos “sem-terras” no campo, bem como de querer respostas consistentes para o fato dos policiais estarem agindo sem a identificação da corporação.

Neste combate pela história e a memória, a CPT e o MST produziram um documentário em vídeo com o objetivo de reforçar o sentimento de solidariedade entre os “sem-terras” e seus apoiadores, mas, principalmente, para contrapor à versão hegemônica da Polícia, do Governo do Estado e da imprensa escrita e falada (rádios, jornais, revistas e televisão). Utilizando registros audiovisuais feitos durante o ato ecumênico de celebração do 7º dia da morte do Teixeirinha, de testemunhos dos acampados da área 3, de Dona Lúcia e de Marcos, do co-cunhado do líder morto, que preparou o seu corpo para o velório, dos “sem-terras” que foram presos em Campo Bonito e dos que viram Teixeirinha nas mãos dos policiais, de representantes da CPT e do MST, do pai de um dos três policiais, bem como dos programas de jornalismo editorados e veiculados pela Tarobá, foi produzido o vídeo Campo Bonito: a verdade brota do povo.

A memória desses acontecimentos não se pauta, todavia, pela unanimidade. Ao contrário, situa-se naquilo a que Alessandro Portelli, baseando-se em Giovanni Contini, se refere como memória dividida (PORTELLI, 1996, p. 105). Há, no nosso caso, uma memória expressa pelos participantes do movimento, que narram os episódios da humilhação, tortura e morte, ligados aos acontecimentos que desencadearam as prisões de muitos militantes do acampamento. Como esperado, essa memória se contrapõe àquela “oficial”, imposta, justificadora da intervenção policial, divulgada pela imprensa e ainda repetida por muitos.

Recentemente, no dia 12 de fevereiro de 2009, a TV Tarobá, vinculada à Rede Bandeirantes, na tentativa de reatualizar a memória desses acontecimentos e do seu papel enquanto órgão de comunicação, apresentou um programa comemorativo dos “30 Anos” de fundação e de jornalismo da emissora. Ao lado de outros fatos

de caráter policial, a emissora selecionou o “caso Teixeira” como sendo um dos principais produtos do jornalismo da Tarobá. O mesmo jornalista que acompanhou o caso em 1993, José Roberto Neto, relatou sua participação e reafirmou a “veracidade” e “imparcialidade” da TV Tarobá. Para além da esperada exaltação da própria emissora – alinhada com a versão que a TV Naipi/SBT fez em 1993, através da repórter Ivonete Dainese e do câmara Ademir Antônio Crivelari - pela versão do atual diretor de jornalismo da Tarobá, houve uma “outra história”: em 2009 ele relatou ter presenciado o conflito de 1993, estando ao lado do madeireiro ferido e tendo sido testemunha da morte dos policiais. Neste caso, o jornalista se coloca como espectador em momentos e lugares que não são confirmados por outros relatos.

Teixeirinha: entre a memória social sobre o homem, a luta pela terra e o marco

Há memórias que podemos, nos termos de Portelli (1996, p. 106), enxergar como “fragmentadas”, decorrentes da presença do acampamento na cidade e as relações ali estabelecidas, bem como pela própria situação do assentamento na atualidade. Elas definem outros limites para a constituição das memórias dos acontecimentos e das pessoas envolvidas, conforme o lugar de onde falam e se expressam.

Mário (2008), dono de um pequeno estabelecimento comercial na pequena sede do distrito, referiu-se com termos um tanto depreciativos aos sem-terras no momento dos conflitos, bem como no processo de acampamento, deixando claras as distâncias e as diferenças:

[...] tinha muita gente, que foram embora uma parte. Que daí encheu de nego virado no diabo. Uma negada ruim que era um perigo, de chegar. Eu tava na bodega do André. Eu tava de costa pro lado da bodega e chegou um, foi me empurrando, com os ombro, assim, me empurrando, tocar a gente dali, né. Tiveram que esconder eles...Vem ai querendo atropelar a gente né. Que nem a gente não, não. Tava quieto na minha. Eles

fazia encenação pra cima da gente. Que têm a ver com fazendeiro, você, se você quiser um terreno aqui... Eles tinha a gente como fazendeiro né. No peito, eles queriam leva no peito. Queriam que o fazendeiro entregasse pra eles. Mas eles fizeram muito apravalecimento quando chegaram.

Mas, no presente, a avaliação dos assentados é positiva, res-salvadas ainda as diferenças:

Agora não, cada um que têm o terreninho deles, agora tão tudo quieto. Respeitam a gente e têm amizade assim. Mas primeiro eles eram ruim, no começo. Eles tava pra atropelar os cara mesmo. Que o dono das terra tinha que sair pra dar lugar pra eles. [...] Agora cada um têm seus sitiozinho, , tão vivendo. São gente boa. Só que a gente não se visita assim como eles...(MÁRIO, 2008)

Todavia, ao descrever o Teixeira, a aproximação não foi por solidariedade na luta, mas por uma identificação pessoal:

[...] na fazenda que ele tava acampado eu nunca fui, na casa dele. Eu fui quando era, ... uma vez levar a compra. Mas eu via ele aqui na bodega, na bodega de cima, dos B... Jogava bocha o dia inteiro, mas companheiro de tudo ele era, ninguém dizia que ele era, que ele era um líder de lá, do acampamento. Mas ele vinha nos fim de semana nos B., ali, e cansou de ficar o domingo inteiro lá, e almoçavam lá, e jogavam bocha. (MÁRIO, 2008)

O que contribuiu, inclusive, para amenizar, senão justificar, o papel da polícia no seu assassinato:

Mas ele tava escondido. Ele se escondeu da polícia, até que a polícia bateu, bateu no fim. Aqui a polícia cruzava, com carro da polícia pra cima e pra baixo e seguiram muito. Ele se apresentou pra eles, quando se apresentou, a polícia com raiva de estar se batendo atrás dele, sabe, e fincaram-lhe fogo. Eles mataram. (MÁRIO, 2008)

Um outro depoente, Lorides Piana (2008), professor aposentado, que chegou a ocupar cargos políticos na cidade (primeiro Vice-Prefeito/PMDB e Secretário Municipal de Educação de Campo

Bonito), narrou como viu a ocupação, assumindo, então, para a cidade a responsabilidade de resolver as questões e garantir a paz nesse processo:

Tava aquela multidão de gente na estrada e carro e tal, e daí tinha um senhor lá do Campo Bonito, que falou pra mim ‘passa, passa, não pára, não pára’ ai eu passei, daí cheguei no Campo Bonito. Tava fervendo lá. Soube que tinham invadido, que tinha havido uma invasão. Ai houve essa invasão, e eles se localizaram aqui, principalmente aqui nessas, onde existe essas áreas aqui agora, se localizaram ai. E aí ficaram. Aí então começou aquele processo de luta pela colocação deles na terra, pela doação da terra, pelo conseguimento da terra. Até que eles saíram daqui, foram invadir aqui e fizeram uma avoadá, foram outras áreas do Benedelli ali próximo da cidade, ali né, invadiram lá também. (PIANA, 2008)

Lorides também narrou o processo de povoamento da região considerando não apenas a sua própria experiência e a de sua família, mas pesquisou e trouxe dados sobre a estrutura fundiária do município durante a entrevista. Seu posicionamento, portanto, é de quase aceitação da inevitabilidade da ocupação do MST frente à estrutura fundiária e aos problemas sociais da região, o que o levou a ter um relacionamento com as lideranças, em especial com o Teixeira. Certamente que a tragédia de 1993 influenciou muito as visões e posições de muitas pessoas que viviam em Campo Bonito e no Distrito de Sertãozinho. A violência sofrida pelo líder do movimento também reflete na reconstrução das memórias, entretanto, todas as referências que Lorides Piana fez de Teixeira não conferem com a criminalização produzida pelos oponentes. De longe era incabível, ontem e hoje, o adjetivo de bandido, pelo seu relato.

Para os assentados, falar hoje desses acontecimentos só tem sentido frente à positividade da vitória coletiva de terem conseguido o acesso à terra. Relembrar aqueles fatos, de certa forma, é refazer os liames que juntavam pessoas muitas vezes providas de lugares diferentes para construir novas relações de vizinhança no acampamento e mantê-las após o assentamento.

Lucinda Bocchi (2008), hoje assentada na Área 6, também narrou o processo de ocupação e reocupação da outra área da Fazenda Santana pelos acampados, tendo em vista a quantidade de pessoas existentes no acampamento: “não dava meio alqueire pra cada família”. Novamente, a descrição se mescla com a repressão policial, tendo em vista a morte dos “três pistoleiros”, “três jagunços” dos fazendeiros do local. Após o confronto ocorrido no dia 3 de março com os três passageiros do Chevette, depois de saberem que eram policiais, os “sem-terras” sabiam que a reação seria muito violenta e necessitavam de medidas defensivas. Lucinda comentou a decisão tomada pelos acampados, em assembleia, de que alguns iriam à cidade para depor dando nomes, apelidos inventados, para que os envolvidos não fossem identificados. Referiu-se, depois, à chegada das forças policiais, com a detenção de todos os suspeitos nos caminhões e a destruição dos barracos, objetos, utensílios domésticos e alimentos. As mulheres e crianças foram separadas e levadas às áreas dos acampamentos. Os homens (adultos, jovens e até adolescentes) foram levados até o Salão Comunitário na cidade de Campo Bonito, que foi transformado, temporariamente, no local de detenção. Posteriormente, deu-se a prisão de um dos acampados envolvido diretamente nos incidentes do dia anterior, Lourival Castilhos Pimentel, que, sob tortura, foi obrigado a delatar os demais companheiros. A descrição desse fato se mescla com as narrativas das torturas a que os presos foram submetidos, visíveis quando eles puderam ser visitados.

O depoimento do Agnaldo dos Santos (2008) é mais contundente, porque estava envolvido diretamente nos acontecimentos que desencadearam a repressão violenta da polícia. Segundo seu relato, o processo de ocupação da área foi tranquilo e consensual:

Então nós viemos, chegamos na [Fazenda] Santana novamente e fomos fazer a vistoria onde nós íamos ocupar. Passaram naqueles lugar que tinha alguém trabalhando no mato, cortando erva ou fazendo qualquer coisa, nós convidava as pessoas; quer ir com nós, estamos ocupando aí...(SANTOS, 2008)

Salientando sempre aspectos do processo de ocupação que evidenciavam tranquilidade e concordância: os trabalhadores da fazenda desocupavam o local quando os sem-terras chegavam:

E a gente chegava, não ia com estupidez. Chegava: vamos meter o revolver no fulano, não! Chega, conversa com a pessoa e vai por vontade dele. Saímos, viemos até numa altura aí saímos no acampamento do Cassol que ele tava trabalhando. Tinha um pessoal dele trabalhando, tirando madeira e chegamos naquele acampamento e ele não tava, tava só os camarada dele. Conversamos com ele, disseram eles: ‘Ah, nós estamos parados e vamos esperar a hora que o patrão chega...’ (SANTOS, 2008)

A narrativa dos acontecimentos, que redundaram na morte de três policiais - que não se identificaram como tal, mas foram vistos pelos “sem-terras” que faziam a segurança da reocupação, como pessoas a serviço do fazendeiro –, é coerente com essa noção de tranquilidade no processo de ocupação da área:

[...] eu vinha chegando e vinha chegando um carro tipo um Corcel, um negócio assim, um carro vermelho e nesse carro tinha três pessoas dentro e essa três pessoas. Daí nós já estávamos meio junto, ali, e eu fiquei escutando também a conversa deles. E os outros companheiros meu, um pouco mais retirado, um pouco, e o Teixeira vai e perguntou pra um deles: ‘Olha, por questão de ordem...’. ‘Nós somos amigo do fazendeiro aí e estamos a serviço...’, foi a conversa que eles tiveram. Eles estavam tudo a paisana e não falava nada. E daí o Teixeira falou o seguinte: ‘Olha, vamos revistar esse carro!’ O Cassol [fazendeiro] tava com a caminhonete dele logo na frente, assim, e eu tava no meio, do lado daqueles dois homens. E daí, dois, por exemplo, saíram do lado do caroneiro e o motorista saiu do carro, mas ficou assim... Abriu a porta do carro e ficou segurando a porta, meio que segurando a porta do carro. E daí eu fui, sai do meio deles assim que falaram: ‘Vamos revistar o carro’, entende. Então, quando falaram, eu saí. Eu tava passando do lado de baixo da estrada, assim, junto com eles e saí pelo lado de cima. Quando eu ia saindo pelo lado de cima o cara me pegou pelo pescoço, assim. O caroneiro me pegou pelo pescoço, aqui, e eu pensei: ‘Ah, ele vai me levar o joelho nas costas aqui e vai me levar junto, puxa pra trás, se eu resistir ele me quebra’. Então o que eu pensei foi isso aí. Eu tava com o revolver e ele não viu que eu tava com

o revolver, porque se ele vê o revolver ele não tinha me pegado, ele não ponhava [punha] a mão em mim! E quando eu senti que eu tava na mão dele eu levei o revolver pra trás, assim, e falei: 'Não vai acertar...' E foi quando o troço estourou. Rapaz!!! E daí ele teve que largar, não teve jeito. E ali começou aquele tumulto o quê aconteceu... (SANTOS, 2008)

A avaliação de Lucinda Bocchi sobre esses acontecimentos difere em alguns pontos da do Agnaldo dos Santos, tanto em relação à reocupação da área quanto em relação à morte dos policiais. Embora enfatizando que as decisões foram tomadas coletivamente, com a concordância explícita da direção do movimento e da coordenação do acampamento das quatro áreas, Lucinda colocou alguns reparos, inclusive à decisão chancelada pelo líder, Teixeira. Novamente as temporalidades se aproximam, fazendo com que a decisão de reocupação da Fazenda Santana se interligue aos acontecimentos que redundaram, posteriormente, nas mortes e na repressão violenta da Polícia, do governo do estado e do bloco ruralista:

Agora o Teixeira, o Teixeira, ele vinha à noite, ali, trazer recado pra nós. Entrava escondido. Eu, pra mim, acho que era a hora dele morrer. Porque um dia antes de nós ir pro acampamento, o Teixeira tava em casa, aí eu falei: 'Teixeira, não tá na hora de nós ir, e de dia, que se vê, do jeito que você sai, passa na frente do [Benedelli, fazendeiro proprietário da área] se arrisca, é fácil de nós arrumar pra cabeça'. Aí ele falou: 'O quê Lucinda? É melhor nós morrer lutando do que morrer de fome'. 'Eu, o dia que morrer, quero morrer lutando mesmo, quero morrer junto com a luta, que pelo menos o nome da gente fica divulgado em nível nacional, se você morrer à míngua, aí ó, só a família e os teus vizinhos vem chorar um dia e depois acabam esquecendo e a gente apodrece e acabou'. Daí eu falei: 'Teixeira, o nosso objetivo não é morrer, não é morrer'. 'Uma vez, nós, parecia que morrer era o alto do movimento, mas hoje não, morrer, não significa nada'. Ai foi isso que eu falei pra ele. Ai ele falou: 'Eu, pra mim, não tô nem aí! Nós ocupando e pegando terra pras família que tão aí, que tão sujeitas a eles pegarem e levarem não sei pra onde, eu não tô me importando muito'. Daí eu falei: 'É, mas não é fácil, a gente tem que se cuidar'. Aí ele falou: 'O dia que eu morrer é pra leva a bandeira mesmo por cima de mim'. E depois que morreu nem a bandeira, não sei,

Memórias e violência na luta pela terra em Campo Bonito, PR (1991-2008): tempo passado, desafio do presente –

Geni Rosa Duarte; Paulo José Koling

acho que ponharam [puseram], mas acho que foi os outros, porque nós não tivemos acesso nem de ir no velório, porque a pressão era grande, aqui no acampamento, não tinha nem como sair. (BOCCHI, 2008)

Agnaldo dos Santos, todavia, ao se referir a Teixeira, faz uma outra avaliação da decisão tomada, de voltar para a área anterior. Ele se refere à pessoa do líder e releva os erros de avaliação:

Ah, ele era uma pessoa boa! Ele era um homem trabalhador, não era de ficar caçando encrenca com um e com outro não. Então, a gente não pode falar que ele era uma pessoa ruim, não, porque ele era uma pessoa boa. O Lourival, por exemplo, era tudo cara bom! Só que deram essa bofeira de trazer a gente ali no mato de novo. Ninguém sabia que podia acontecer aquilo ali! Eles, como eram chefes nosso lá todo mundo respeitava. Eles falavam vamos, é vamos. Então tem que acompanhar. Mais não dizer que eles falavam: 'Não, vão lá e vão fazer isso fazer aquilo outro, não! Vamos fazer pressão pra nós vermos se pegamos mais terra!' Mais ninguém saiu com aquela atitude de ir lá e matar alguém, nem pensava nem passava na cabeça da gente que ia acontecer esse tipo de coisa... (SANTOS, 2008)

João Pedro Farias (2008), outro assentado, vizinho do barraco do Teixeira e da Dona Lúcia no acampamento da Área 3, narra que foi para o acampamento em Campo Bonito a convite do Teixeira, visto que eram amigos de longa data em Nova Cantu, onde moravam. Mostrou-se pasmo pelo assassinato do líder e ressaltou que não estava fazendo a segurança do lugar quando os três policiais foram mortos, isso:

[...] porque tava tranqüilo, tinham ganhado a terra, e do jeito que nós volta lá, com esse jeito que... de meeiro a gente nunca ia conseguir comprar nosso pedacinho de terra. Daí viemos e deu certo, né, ficamos pouco tempo acampado. (FARIAS, 2008)

Ele e a esposa, Etelvina Espírito Santo Farias (2008), contam que só ficaram sabendo da morte do líder pela manhã, pelo rádio:

[...] a morte do Teixeira a gente ficou sabendo no outro dia pelo rádio, que tinham matado ele né. Ele saiu preso daqui do

acampamento, prenderam ele, passaram com ele nos nossos barracos que a gente tava tudo embaixo da lona né, tudo meio perto. Daí no outro dia pelo rádio né, que nós tinha um radinho que escutava o programa de manhã na rádio de Cascavel, daí passou no jornal que o Teixeira tinha matado né. (FARIAS, 2008)

João Pedro esclareceu que Teixeira, embora tivesse bastante ascendência sobre os acampados, era apenas coordenador de grupo – havia um coordenador para cada vinte ou vinte e cinco acampados, cuidando da organização e, principalmente, da limpeza da área. Mas era alguém que tinha bastante visibilidade na cidade de Campo Bonito, preocupando-se com a matrícula das crianças, levando documentos à escola de Sertãozinho, como confirmou a sua ex-diretora. Também os professores da época lembram-se dele de forma bastante positiva. Quando foi preso, episódio em que esteve envolvido inclusive seu filho Marcos e a Dona Lúcia, Teixeira foi humilhado perante todo o acampamento, na tentativa de desconstruir a liderança por ele assumida. Os demais envolvidos, ao contrário, permaneceram presos, embora submetidos a violentas torturas. Segundo João Pedro:

[...] atiraram, deram três tiros, atiraram, quando chegaram com ele preso, deram três tiros... [...] prenderam onde tem a escolinha e o pavilhão, passaram batendo, desde que prenderam passaram batendo, desde a hora que prenderam, passaram batendo.... (CPT/MST, 1993)

Mesmo que não tenham vivenciado diretamente esses episódios, as crianças e adolescentes², filhas e filhos dos assentados, falam a esse respeito. Contam das experiências dos pais no acampamento e relatam os preconceitos que sofreram na cidade, quando foram muitas vezes chamados de ladrões, por exemplo. E falam dos acontecimentos ligados ao Teixeira, sua prisão e morte de uma forma até bastante crua:

Pegaram o Teixeira. Pegaram o Teixeira e tudo, eles fugiram, os acusados. E o Teixeira ficou aí ainda. E a família dele e pegaram o piá dele e colocaram uma faixa de atravessado no corpo e penduraram. E falaram que se ele [Teixeira] não aparecesse iam matar o piá dele. Daí ele se entregou. No momento que ele se entregou e começou a coisa feio mesmo. O que fizeram com ele não faz nem com bicho, cara. Começaram a bater, cortar, enfiar nele aqueles negócio que de espingarda e furava ele, arrastado no chão, assim. Diz que até capar ele caparam. Foi muito triste e acabaram matando ele. (CPT/MST, 1993)

Fica claro que a morte de Teixeira tinha que servir de exemplo. Preso, ele foi conduzido por todo o acampamento, obrigado a se humilhar perante os companheiros. Tornava-se claro que o objetivo do GOE não era somente exterminar uma liderança, mas apagar na memória do grupo a atuação de Teixeira. Pelos relatos dos assentados, os próprios policiais diziam que estavam caçando o líder dos bandidos.

Voltemos ao marco de pedra a que nos referimos no início deste artigo, construído para expressar uma luta por terra, mas que é também simbólica. Para tanto, a reação dos assentados também visava a reforçar o direito de lembrar. Mas a memória de Teixeira, para eles, está ligada à luta pela terra e, fundamentalmente, à conquista do direito a ela, que se expressa muito mais no dia-a-dia de pequeno produtor. Portanto, essa memória se reatualiza constantemente na afirmação da condição de assentado, não necessitando mais da ritualização e da repetição para reviver o fato e presentificá-lo. João Pedro vincula a pessoa do líder assassinado ao próprio assentamento, utilizando uma simbologia religiosa, quando conclui:

O assentamento pra nós agora ele representa uma relíquia e uma benção de Deus que nós conseguimos esse pedaço de terra, porque, por tanta necessidade, porque a gente não tinha e não tem o quê paga, a gente ter o pedacinho de terra da gente né! E a gente não vai arriscar nossas família, e a vida da gente pra conseguir um pedaço de terra, porque a terra é um dom de Deus né, a terra ficou pra todos. Então eu acho que isso é uma relíquia, uma recordação que nós temos, do

sofrimento e do passado. E o falecido Teixeira ele deu a vida pra gente conseguir esse pedaço de chão aqui. Ele deu a vida por nós. (FARIAS, 2008)

Expressando a religiosidade popular, embasada numa exegese da conquista da terra, fundamentada na Teologia da Libertação e nos costumes camponeses, presentes na pedagogia do movimento, Lucinda também não desvinculou a pessoa do líder assassinado da questão do sacrifício³, elemento muitas vezes presente na construção da figura do mártir e herói, também gravados nas figuras e símbolos do monumento: *“Ah, a vida dele pela nossa terra. Ele morreu e não entregou mais ninguém [...] Ele tinha motivo de entregar mais gente e morreu e não entregou ninguém, porque ele morreu pelas famílias”*.

Por fim, ela relatou um episódio vivido pessoalmente, anos depois, quando foi a Cascavel e voltava sozinha até a sede da Área 3 para participar do casamento de sua irmã Reni com o filho do Teixeira, Marcos. Era uma noite de chuva, com muitos relâmpagos e trovões, e ela teve que descer caminhando sozinha pela estrada (Foto 1):

[...] naquela chuva, vento e trovão que tava e água dessa altura dos dois lado da estrada. Alagou a estrada à noite, relampeava e trovejava. Daí eu pensei: ‘E agora?’ Um medo que Deus ô livre, quando vinha carro não via nada fora. Quando fui descendo pra lá, que comecei a pensar, né. Ainda eu pensei: ‘Ah, Teixerinha, tanto que sofreu por nós, me dá uma força, me dá coragem pra mim descer até lá embaixo’. E não era perto não. Tinha que descer daquela baixada, até lá na Área 3. Tinha que passar tudo aquele mato lá de noite. Não via estrada e aqueles clarão. Eu não sei, na hora que eu preciso, eu, pra mim, Deus e Teixerinha, pra mim, é a mesma coisa. O Teixerinha, pra mim, tá lá no céu. Alguma coisa que ele teve, porque eu, eu, o Teixerinha, ele foi coragem, que nem na hora, ali, eu não teria enfrentado aquele tempo. O Teixerinha deu a vida pela nossa felicidade. (BOCCHI, 2008)

Notas

* Os autores são professores do curso de graduação e mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, PR. Email: geni_rosaduarte@hotmail.com e pjkoling@unioeste.br. Coordenam, junto com

Memórias e violência na luta pela terra em Campo Bonito, PR (1991-2008): tempo passado, desafio do presente –

Geni Rosa Duarte; Paulo José Koling

o Prof. Nilceu Deitos, o projeto Intervenções na relação universidade /escola básica: tempo passado, desafio do presente, dentro do Programa Universidade Sem Fronteiras, com financiamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia – SETI, do Paraná. Este artigo refere-se a alguns dos resultados desse projeto. Das entrevistas citadas ao final do texto participaram os bolsistas Marcos Vinicius Ribeiro, Marcelo Zeni, Anderson Freitas, Patricia Leão, Maicon Mariano.

¹ Conforme afirmou João Pedro Farias, hoje assentado da Área 3, no dia 5 de março, o Capitão Neves, de Campo Bonito, estava na Área 3 com sua equipe e havia proposto para os acampados que daria segurança a Teixeira, caso ele se entregasse, ficando sob sua custódia. Durante o dia os acampados conversaram com o Teixeira que permanecia escondido nas imediações. Assim, João Pedro ligou do PS de Sertãozinho para a Delegacia de Campo Bonito, nº 331271, para informar o Capitão sobre a intenção de Teixeira de se entregar, mas o Capitão não retornou à Área 3. Até hoje não se sabe o motivo disto (CPT/MST. Campo Bonito: a verdade brota do povo. 1993. vídeo).

² Não serão identificadas as crianças e adolescentes que falaram conosco a respeito.

³ Nas Romarias da Terra, frequentemente a CPT refere-se ao assassinato de Teixeira como um caso de martírio, reforçando esse sentido da sacralização da figura do herói.

Referências

ARAUJO, Carlos Bindé; CORDEIRO, Yves Consentino. **Campo Bonito mortes e torturas**. Cascavel/PR: INIGRAF, 1994.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FVG, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.) **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Vídeo

CPT/MST. **Campo Bonito: a verdade brota do povo**. 1993. 32''(Original gravado em VHS)

Fontes orais

BOCCHI, Lucinda. **Entrevista realizada em sua casa, na Área 6**, Distrito de Sertãozinho, Campo Bonito/PR, em 19/8/2008.

BOCCHI, Valmir Roque. **Entrevista realizada em sua residência, na Área 6**, Distrito de Sertãozinho, Campo Bonito, PR, em 08/05/2009.

FARIAS, João Pedro; FARIAS, Etelvina Espírito Santo. **Entrevista realizada na casa da família - Área 3**, Distrito de Sertãozinho, Campo Bonito/PR, em 4/6/2008.

MÁRIO (sem indicação de sobrenome). **Entrevista realizada em sua casa**, no Distrito de Sertãozinho, Campo Bonito/PR, em 23/4/2008.
PIANA, Lorides; PIANA, Veronice. **Entrevista realizada em sua casa** – Distrito de Sertãozinho, Campo Bonito/PR, em 6/05/2008.

SANTOS, Arlindo Moura dos. **Entrevista realizada na Área 3, no Monumento ao Teixeira**, Distrito de Sertãozinho, Campo Bonito/PR, em 4/6/2008

SANTOS, Agnaldo dos. **Entrevista realizada em sua casa**, na cidade de Campo Bonito/PR, em 19/8/2008.

Abstract

This article is a result of a research about the struggle history for the land custody by the landless in the Campo Bonito city, Paraná State, whom occupied a large extractive farm in August 1991, whose developments were been marked by the resistance, organization, tragedy and violence. Taking a bibliography base and the Oral History, it was possible to place the land disputes by the history and by the memory. The text starts with the presentation of a monument built in honor of the landless, *Teixeirinha*, killed by the special police in one of the camp areas, occurred on March 8th 1993. Then it is presented a summary of the context and the events surrounding the landless, the rural people, Special Operations Group, the media, the local community and the historical place of this case that resulted in a violent conflict and repression. With the interviews of several people who lived the process from different social roles, it is analyzed the social constructing of memories about *Teixeirinha* and the still latent contradictions in the versions produced about the case. At the end of the article it is recovered the history and memory concreteness and the land meaning for the existence of those peasants.

Keywords: Land. Memory. Violence. MST (landless movement)